



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PODERES

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

LENILSON DA FONSECA LACERDA

Presidente da Câmara Municipal de Águia Branca

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto 9.245/2021

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PODERES**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Águia Branca

Gestor responsável: Lenilson da Fonseca Lacerda

Exercício: 2021

1. RELATÓRIO

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCEES 68/2020, e o disposto no que preconiza os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno – RELUCI, sobre as contas do exercício financeiro de 2021 da Unidade Gestora – Câmara Municipal de Águia Branca – CMAB.

O presente relatório compõe a opinião acerca da Prestação de Contas da Unidade Gestora – Câmara Municipal de Águia Branca, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 68/2020 e suas alterações do TCEES.

Desta forma, em cumprimento a Instrução Normativa Interna nº 04/2014, que trata das normas relativas à elaboração de Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, referente ao exercício financeiro 2021, a Unidade Gestora encaminhou, a esta Controladoria Geral, em 23/02/2022 as peças contábeis da Prestação de Contas Anual para análise.

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe no artigo 74 da Constituição Federal de 1988¹, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos

¹ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (...) IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

TABELA REFERENCIAL 1 – INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2020 DO TCEES

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 1.1.2 – Despesa – realização sem prévio empenho

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho.	Relatório de Auditoria do Processo nº 4622/2021 Listagem de Processos de Despesa Analisados Anexo I, deste Relatório.	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Despesas empenhadas do dia 01.01.2021 a 31.12.2021 no total de R\$ 1.613.093,74 Total de 380 processos de despesa empenhados no exercício de 2021. Período Analisado: 12 meses	Amostra de despesas no valor de: R\$ 1.179.957,50 Quantidade da Amostra: 111 processos de despesa. Período Analisado: 12 meses

Processo nº 4622/2021 - Ação de Auditoria 002/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade

Objetivo de auditoria: Avaliar se foram realizadas despesas sem a emissão de prévio empenho.

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui e Heloisa de Resende Viana

Prazo: 31 de dezembro de 2021

Total da despesa empenhada: R\$ 1.613.093,74



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Total da Amostra de despesa empenhada analisada: R\$ 1.179.957,50

Valor de distorção: R\$ 2.164,20

Conclusão: Distorção não relevante a ser considerada como Achado de Auditoria, em razão do Nível de Confiança de 99% (noventa e nove por cento) da conformidade das despesas empenhadas.

Recomendações: Recomendação a Câmara Municipal que se abstenham de autorizar a realização de despesa sem o prévio empenho; Recomendação de adoção de emissão de empenho por estimativa em relação às despesas com tarifas bancárias; Alerta para adoção de procedimentos quanto a rotina de assinatura de todos os Responsáveis nas fases do processo de despesa.

Partindo da análise do valor total da despesa empenhada na Câmara Municipal de Águia Branca no período de 01.01.2021 a 31.12.2021 que foi de R\$1.613.093,74 (um milhão seiscentos e treze mil e noventa e três reais e setenta e quatro centavos), em comparação com a **Amostra selecionada pela Equipe de Auditoria em R\$1.179.957,50 (um milhão cento e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)**, e o valor de distorção representado pelos dos Achados de Auditoria no montante de **R\$ 2.164,20 (dois mil cento e sessenta e quatro reais e vinte centavos)**, **CONCLUI-SE** que o montante de distorção não é relevante a macular as contas públicas, em razão do Nível de Confiança de 99% (noventa e nove por cento) da conformidade das despesas empenhadas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 1.2.2 – Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatório de Auditoria do Processo nº 4621/2021 – parte patronal RPPS Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Folha de Pagamento dos servidores – parte patronal RGPS Listagem de Pagamentos disponível no Portal da Transparência	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS RGPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2021: RPPS= R\$ 222.630,76 RGPS= R\$ 79.695,00 Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses

Ação de Auditoria 003/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade

Objetivo de auditoria: Pagamento das Obrigações previdenciárias – parte patronal do RPPS

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui e Menara Scaldaferro Rodrigues

Prazo: 31 de dezembro de 2021

Regime de Competência: Regime Próprio de Previdência Social - RPPS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Patronal, realizados ao ABPREV pela Câmara Municipal de Águia Branca

Mês de Referência	Data de Vencimento	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	12.02.2021	25.01.2021	R\$ 19.290,52	SIM
Fevereiro/2021	12.03.2021	23.02.2021	R\$ 17.874,31	SIM
Março/2021	16.04.2021	23.03.2021	R\$ 21.584,80	SIM
Abril/2021	14.05.2021	23.04.2021	R\$ 19.291,77	SIM
Maió/2021	16.06.2021	25.05.2021	R\$ 20.255,86	SIM
Junho/2021	14.07.2021	22.06.2021	R\$ 18.072,21	SIM
Julho/2021	13.08.2021	21.07.2021	R\$ 16.447,67	SIM
Agosto/2021	15.09.2021	23.08.2021	R\$ 16.447,67	SIM
Setembro/2021	15.10.2021	21.09.2021	R\$ 16.447,67	SIM
Outubro/2021	16.11.2021	21.10.2021	R\$ 18.834,30	SIM
Novembro/2021	14.12.2021	22.11.2021	R\$ 21.582,98	SIM
Dezembro/2021	14.01.2022	20.12.2021	R\$ 16.501,00	SIM
TOTAL			R\$ 222.630,76	

*Fonte: Listagem de Pagamentos ao RPPS. Processo de Auditoria nº 4621/2021

Regime de Competência: Regime Geral de Previdência Social

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Patronal, realizados ao INSS

Mês de Referência	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	25.01.2021	R\$ 5.775,00	SIM
Fevereiro/2021	23.02.2021	R\$ 6.720,00	SIM
Março/2021	23.03.2021	R\$ 6.720,00	SIM
Abril/2021	23.04.2021	R\$ 6.720,00	SIM
Maió/2021	25.05.2021	R\$ 6.720,00	SIM
Junho/2021	22.06.2021	R\$ 6.720,00	SIM
Julho/2021	21.07.2021	R\$ 6.720,00	SIM
Agosto/2021	23.08.2021	R\$ 6.720,00	SIM
Setembro/2021	21.09.2021	R\$ 6.720,00	SIM



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Outubro/2021	21.10.2021	R\$ 6.720,00	SIM
Novembro/2021	22.11.2021	R\$ 6.720,00	SIM
Dezembro/2021	20.12.2021	R\$ 6.720,00	SIM
TOTAL		R\$ 79.695,00	

*Fonte: Listagem de Pagamentos ao INSS

Conclui-se pela análise dos documentos da Prestação de Contas Anual em conjunto com o Relatório de Auditoria do Processo nº 4621/2021, que a Unidade Gestora realizou de forma tempestiva os pagamentos referentes às contribuições previdenciárias patronais referentes ao RPPS e ao RGPS.

Ponto de Controle 1.2.4 – Retenção/Repasse de obrigações previdenciárias – parte servidor						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.4	Retenção/Repasse de obrigações previdenciárias – parte servidor	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE Folha de Pagamento dos servidores – parte servidor RGPS e RPPS Listagem de Pagamentos da Câmara Municipal de Águia Branca	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal, 523/02, art. 79 - RPPS RGPS	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RPPS no exercício de 2021: R\$ 90.763,90 Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RGPS no exercício de 2021: R\$ 37.116,12 Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ação de Auditoria 003/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade

Objetivo de auditoria: Pagamento das Obrigações previdenciárias – parte patronal do RPPS

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui e Menara Scaldaferro Rodrigues

Prazo: 31 de dezembro de 2021

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Servidor, realizados ao ABPREV pela Câmara Municipal de Águia Branca

Mês de Referência	Data de Vencimento	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	12.02.2021	25.01.2021	R\$ 7.864,52	SIM
Fevereiro/2021	12.03.2021	23.02.2021	R\$ 7.287,14	SIM
Março/2021	16.04.2021	23.03.2021	R\$ 8.799,86	SIM
Abril/2021	14.05.2021	23.04.2021	R\$ 7.865,02	SIM
Maió/2021	16.06.2021	25.05.2021	R\$ 8.258,07	SIM
Junho/2021	14.07.2021	22.06.2021	R\$ 7.367,83	SIM
Julho/2021	13.08.2021	21.07.2021	R\$ 6.705,52	SIM
Agosto/2021	15.09.2021	23.08.2021	R\$ 6.705,52	SIM
Setembro/2021	15.10.2021	21.09.2021	R\$ 6.705,52	SIM
Outubro/2021	16.11.2021	21.10.2021	R\$ 7.678,52	SIM
Novembro/2021	14.12.2021	22.11.2021	R\$ 8.799,13	SIM
Dezembro/2021	14.01.2022	20.12.2021	R\$ 6.727,25	SIM
TOTAL			R\$ 90.763,90	

*Fonte: Listagem de pagamentos do Sistema E&L produções de software Ltda. Quadro Comparativo de Pagamento das obrigações previdenciárias ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Regime de Competência: Regime Geral de Previdência Social

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Servidor, realizados ao INSS

Mês de Referência	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	25.01.2021	R\$ 2.560,39	SIM
Fevereiro/2021	23.02.2021	R\$ 3.141,43	SIM
Março/2021	23.03.2021	R\$ 3.141,43	SIM
Abril/2021	23.04.2021	R\$ 3.141,43	SIM
Maió/2021	25.05.2021	R\$ 3.141,43	SIM
Junho/2021	22.06.2021	R\$ 3.141,43	SIM
Julho/2021	21.07.2021	R\$ 3.141,43	SIM
Agosto/2021	23.08.2021	R\$ 3.141,43	SIM
Setembro/2021	21.09.2021	R\$ 3.141,43	SIM
Outubro/2021	21.10.2021	R\$ 3.141,43	SIM
Novembro/2021	22.11.2021	R\$ 3.141,43	SIM
Dezembro/2021	20.12.2021	R\$ 3.141,43	SIM
TOTAL		R\$ 37.116,12	

*Fonte: Listagem de Pagamentos ao INSS

Contribuições previdenciárias – parte servidor

Regime de Previdência	DEMCSE		FOLHA DE PAGAMENTO	% Registrado (A/Cx100)	% Recolhido (B/Cx100)
	Valores Retidos (A)	Valores Recolhidos (B)	Devido (C)		
Regime Próprio de Previdência Social	90.763,90	90.763,90	90.763,90	100,00	100,00
Regime Geral de Previdência Social	37.116,12	37.116,12	37.116,12	100,00	100,00

Fonte: DEMCSE; Folha de pagamento no CidadES;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.8 – Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Listagem de Pagamentos ao INSS e ao RPPS	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Valor Total das Contribuições previdenciárias patronal e servidor sob o Regime de Competência do RPPS e RGPS: R\$ 430.205,78 Período analisado: 12 meses Conforme análise, todas as contribuições foram recolhidas, e não há objeto de cobrança ou parcelamento.	Recolhimento Previdenciário Anual (RPPS e RGPS) Janeiro: R\$35.490,43 Fevereiro: R\$35.022,88 Março: R\$ 40.246,09 Abril: R\$ 37.018,22 Maio: R\$ 38.375,36 Junho: R\$ 35.301,47 Julho: R\$ 33.014,62 Agosto: R\$ 33.014,62 Setembro: R\$ 33.014,62 Outubro: R\$ 36.374,25 Novembro: R\$ 40.243,54 Dezembro: R\$ 33.089,68 Total: R\$ 430.205,78

Conforme análise extraída do Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE, do Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, e da Listagem de Pagamentos ao INSS e ao RPPS, através da amostra de Recolhimento Previdenciário Anual, todos os encargos de contribuições previdenciárias foram recolhidos mensalmente, constatando-se assim a inexistência de dívidas previdenciárias pela Unidade Gestora.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 1.3.1 – Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial – BALPAT; Inventário de Bens Móveis – INVMOV; Inventário de Bens imóveis – INVIMO; Inventário de Bens Intangíveis - INVINT	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVIMOV.	Período Analisado: 12 meses Valor total dos Bens Móveis: R\$ 111.700,47

Consoante os dispositivos legais previstos no art. 37, caput da Constituição Federal c/c artigos 94 a 96 da Lei 4.320/1964 verificou-se pelo Balanço Patrimonial – BALPAT que os valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVIMOV. Registra-se que a Unidade Gestora – Câmara Municipal de Água Branca não possui bens imóveis e bens intangíveis, de modo que os arquivos referentes ao Inventário de Bens Imóveis – INVIMO e o Inventário de Bens Intangíveis – INVINT foram gerados sem informações prestadas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.3.3 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação.	Balanco Patrimonial – BALPAT Extrato Bancário em 31/12/2021 Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Conta Corrente Número 340774-9 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES Período analisado: 12 meses	100% Período analisado: 12 meses

Ponto de Controle 1.3.4 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação.	Termo de Verificação de Disponibilidade - TVDISP; Extrato bancário em 31/12/2021 - EXTBAN Balanco Financeiro -	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos	Conta Corrente Número 3407749 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES	Conta Corrente Número 3407749 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		BALFIN; Balanco Patrimonial - BALPAT; Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFCA		bancários no final do exercício.	Total: R\$ 97.527,15 Período Analisado: 12 meses Não foi identificado ausência de integridade entre os valores evidenciados pelas demonstrações contábeis com os valores registrados no extrato bancário no final do exercício.	Total: R\$ 97.527,15 Período Analisado: 12 meses
--	--	---	--	----------------------------------	---	---

Nas tabelas a seguir, demonstram-se os valores extraídos dos demonstrativos da prestação de contas anual em análise:

Análise das Disponibilidades Financeiras

Banco	Ag.	Conta	Saldo Contábil (a)	Saldo Bancário	Saldo Bancário Conciliado (b)	Difer. (b-a)	Saldo Bancário Recebido (Extrato Automatizado)
021	0180	3.407.74-9	97.527,15	97.527,15	97.527,15	0,00	97.527,15
TOTAL			97.527,15	97.527,15	97.527,15	0,00	-

Fonte: Prestação de Contas Anual/2021 – TVDISP, EXTBAN.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Caixa e Equivalente de Caixa (Saldo Contábil)

Contas Contábeis	Balanco Patrimonial (a)	TVDISP (b)	Diferença (a-b)
Caixa e Equivalentes de Caixa	97.527,15	97.527,15	0,00

Fonte: Prestação de Contas Anual/2021 – TVDISP, BALPAT

Analisando o Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP, em confronto com os extratos bancários e o Balanço patrimonial – BALPAT, verifica-se que as disponibilidades financeiras foram depositas em instituição financeira oficial, qual seja, 021 - Banco Banestes – Agência 0180, Conta Corrente 3407749, conforme determina a Lei Complementar 101/2000, no art. 43 c/c art. §3º do art. 164 da Constituição Federal.

Além disso, da conciliação entre os registros constantes dos extratos bancários e contábeis, no encerramento do exercício financeiro de 2021, relativos às disponibilidades financeiras em conta corrente/aplicação, através do Balanço Patrimonial – BALPAT, Balanço Financeiro – BALFIN, Demonstração do Fluxo de Caixa – DEMFCA, e Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP, verifica-se que as demonstrações contábeis refletem adequadamente os saldos constantes dos extratos bancários.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.4 Limites Constitucionais e legais

Ponto de Controle 1.4.6 – Despesa com pessoal - abrangência

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Relatório de Gestão Fiscal - RGF Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD Verificação se há ocorrência de contratos firmados nessa categoria de despesa.	LC 101/2000, Art.18	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Conforme evidenciado no Relatório de Gestão Fiscal e através dos Contratos publicados no Portal da transparência da Câmara Municipal de Águia Branca, o Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2021, da empresa Wsimon Assessoria Consultoria e Informática Ltda-ME, por ser contrato de terceirização de mão-de-obra em substituição de servidor afastado, não foi contabilizado como Outras Despesas de pessoal, infringindo o art. 18 da LRF, tendo sido contabilizado como Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.	Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.7 – Despesa com pessoal limite

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.7	Despesas com pessoal limite	Relatório de Gestão – RELGES Relatório de Gestão Fiscal - RGF Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, arts. 19 e 20	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Gasto com pessoal incluindo encargos sociais: R\$ 1.417.156,78 Percentual dos gastos com folha 3,13% (Limite apurado) Limite Máximo: 6% Total: R\$ 2.715.876,03	Total de gasto anual com pessoal: R\$ 1.417.156,78 Período Analisado: 12 meses

Consoante os arquivos apresentados na PCA, Relatório de Gestão Econômico-Financeiro – RELGES, Relatório de Gestão Fiscal - RGF e Balancete Analítico da Despesa Orçamentária – BALEXOD, verifica-se que os Limites constantes dos artigos 18 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF que tratam de limitação das despesas com pessoal foram obedecidos, sendo que o gasto total com pessoal incluindo encargos sociais totalizou R\$1.417,156,78 (um milhão quatrocentos e dezessete mil e cento e cinquenta e seis reais e setenta e oito



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

centavos) representando um percentual de 3,13% de Limite Apurado, estando abaixo do Limite Máximo de 6% da Receita Corrente Líquida, conforme tabela abaixo:

Despesas com pessoal – Poder Legislativo:

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receita corrente líquida – RCL	R\$ 45.264.600,47
b) Despesas totais com pessoal	R\$ 1.417.156,78
c) % das despesas totais com pessoal em relação à RCL (b*100/a)	3,13%
d) % Limite das despesas totais com pessoal em relação à RCL	6%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal; RELGES; BALEXOD

Ponto de Controle 1.4.8 – Despesa com pessoal descumprimento de limites nulidade do ato

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	Relatório de Gestão - RELGES PESS Atos publicados no Portal da Transparência	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Não foram constatados atos normativos que geraram aumento de despesas com pessoal no exercício de 2021.	Período Analisado: 12 meses Percentual dos gastos com folha 3,13% (Limite apurado)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.10 – Despesa com pessoal limite prudencial vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	Relatório de Gestão – RELGES Relatório de Gestão Fiscal - RGF Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Conforme análise do limite apurado, observou-se que as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF não se aplicam a Câmara Municipal de Águia Branca/ES.	Limite Máximo: 6% Total: R\$ 2.715.876,03 Limite Apurado: 3,13% R\$ 1.417.156,78 Limite Prudencial: 5,70% R\$ 2.580.082,23

Examinando o Relatório de Gestão Econômico-Financeiro – RELGES, o Relatório de Gestão Fiscal e o Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, nota-se a ausência de descumprimento com limite prudencial, sendo que os gastos com pessoal totalizaram 3,13%, estando abaixo do limite prudencial de 5,70% e abaixo do Limite Máximo de 6%, seguindo a conformidade da previsão legal do art.22, parágrafo único da Lei Complementar 101/2000.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.11 – Despesa com pessoal extrapolação do limite providências

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências /Medidas de contenção	Relatório de Gestão – RELGES Relatório de Gestão Fiscal - RGF Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Não ocorreu extrapolação do limite de despesas com pessoal previsto no art. 20 da LRF.	Período Analisado: 12 meses Limite Máximo: 6% Total: R\$ 2.715.876,03 Limite Apurado: 3,13% R\$ 1.417.156,78

Registra-se através do Relatório de Gestão Econômico-Financeiro – RELGES, do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e do Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, que as despesas totais com pessoal não extrapolaram o limite estabelecido no art. 20 da LRF, de modo que não se fizeram necessárias, a adoção de medidas de contenção.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.12 – Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Lei nº 1.605/2020 – LOA Lei nº 1.581/2020 - LDO BALEXOD	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Em análise as leis orçamentárias, apesar de prévia dotação orçamentária na LOA, e autorização na LDO, não há ocorrência de expansão de despesas com pessoal a título de concessão, criação ou aumento de remuneração de pessoal.	Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.13 – Poder Legislativo - Despesa com folha de pagamento

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento	Relatório de Gestão – RELGES Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Relatório de Gestão Fiscal – RGF Decreto Administrativo 001/2021	CRFB/88, art. 29-A, §1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Valor total com Folha de Pagamento: R\$ 1.114.831,02 Limite Apurado: 67,53% Limite Máximo: 70% R\$ 1.155.471,91	Anual Período Analisado: 12 meses

Em conformidade com o art. 29-A, §1º da Constituição Federal o total de gastos com folha de pagamento no exercício do ano de 2021 não excedeu o limite máximo de 70%, sendo totalizando o montante de R\$ 1.114.831,02 (um milhão cento e quatorze mil oitocentos e trinta e um reais e dois centavos), representando 67,53% do valor de repasse de Duodécimo do Poder Executivo, conforme tabela demonstrativa abaixo:

Gastos Folha de Pagamentos – Poder Legislativo:

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Total de Duodécimos (Repases) Recebidos no Exercício	R\$1.650.674,16
b) Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento	R\$1.114.831,02
c) % Gasto com folha de pagamentos (b*100/a)	67,53%
d) % Limite Gasto com folha de pagamentos	70,00%

Fonte: RELGES; BALEXOD; RGF; Decreto Administrativo 001/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.17 – Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.17	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação	FIXSUB - Decreto Administrativo nº 001/2021	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	Decreto nº 001/2021 de Reajuste do subsídio dos Vereadores para adequar ao limite constitucional, tendo em vista a redução aplicada pelo Decreto Administrativo 01/2017 Vereador: Subsídio de R\$ 3.500,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.000,00	Decreto nº 001/2021 Vereador: Subsídio de R\$ 3.500,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.000,00 Deputado Estadual: Subsídio de R\$ 25.322,25 Limite Máximo: 20% Limite Apurado: 13,82% (Vereador) 15,79% (Vereador Presidente) Período Analisado: 12 meses

Partindo da análise realizada da Fixação dos subsídios dos Vereadores, evidencia-se que o Decreto Administrativo nº 001/2021 que dispõe sobre a fixação do subsídio dos vereadores do Município de Águia Branca para a legislatura que se inicia em 2021, atende aos limites previstos no art. 29, inciso VI da Constituição Federal de 1988, obedecendo à fixação de uma legislatura para outra.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.18 – Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos Vereadores - pagamento	FIXSUB - Decreto Administrativo nº 001/2021	CRFB/88, art.29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Decreto nº 001/2021 de Reajuste do subsídio dos Vereadores para adequar ao limite constitucional, tendo em vista a redução aplicada pelo Decreto Administrativo 01/2017 Vereador: Subsídio de R\$ 3.500,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.000,00	Decreto nº 001/2021 Vereador: Subsídio de R\$ 3.500,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.000,00 Deputado Estadual: Subsídio de R\$ 25.322,25 Limite Máximo: 20% Limite Apurado: 13,82% (Vereador) 15,79% (Vereador Presidente) Período Analisado: 12 meses

Assevera-se que o pagamento do subsídio dos Vereadores, previsto através do Decreto Administrativo 001/2021, atende aos limites previstos no art. 29, inciso VI da Constituição Federal de 1988, correspondendo ao percentual de 13,82% do limite de correlação com o subsídio dos Deputados Estaduais, conforme tabela abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Gasto Individual com Subsídio – Poder Legislativo:

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Subsídio do Deputado Estadual - Base Referencial Individual	R\$ 25.322,25
b) Gasto Individual com Subsídios dos Vereadores	R\$ 3.500,00
c) % de correlação com o subsidio do deputado estadual (b*100/a)	13,82%
d) % Limite de correlação com o subsidio do deputado estadual	30%

Fonte: FIXSUB; Decreto Administrativo 001/2021;

Ponto de Controle 1.4.19 – Despesas com pessoal remuneração vereadores

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.19	Despesas com pessoal remuneração vereadores	RELGES Portal da transparência da Câmara Municipal de Água Branca	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	RCL= R\$ 45.264.600,47 Gasto total anual com o subsídio dos Vereadores: R\$ 379.500,00 Percentual de gastos com subsidio dos Vereadores em 0,83%, respeitando o limite legal de 5%	RECEBIMENTO TOTAL ANUAL DOS VEREADORES: ALTAIR ANDREA POLEZ R\$41.500,00 AMARILDO FRANSKOVIASK R\$41.500,00 ANTONIA APARECIDA CASSUNDE DE OLIVEIRA R\$41.500,00 FLORESMIL BARBOSA FIUZA R\$41.500,00 GEOVANE NICHIO RONCONI R\$41.500,00 JOSÉ CARLOS PARANHO



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						R\$41.500,00
						LENILSON DA FONSECA LACERDA
						R\$47.500,00
						MARTA MARIA ALVES DA SILVA FARIAS
						R\$41.500,00
						WALACE ANTONIO DA SILVA SOUZA
						R\$41.500,00
						Total: R\$ 379.500,00

Em análise aos dados do subsídio anual dos vereadores constante no Portal da Transparência, em confronto com o Relatório de Gestão Econômico-Financeiro – RELGES referente ao subsídio mensal dos Vereadores, apurou-se a não ocorrência de violação do limite legal previsto no art. 29, inciso VII da Constituição Federal, isto é, as despesas totais com pagamento de subsídios de vereadores alcançaram R\$379.500,00 (trezentos e setenta e nove mil e quinhentos reais), correspondendo a 0,83% das Receitas Municipais, conforme tabela demonstrativa abaixo:

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receitas Municipais – Base Referencial Total	R\$ 45.264.600,47
b) Gasto Total com Subsídios dos Vereadores	R\$ 379.500,00
c) % Compreendido com subsídios (b*100/a)	0,83%
d) % Limite	5%

Fonte: RELGES; BALEXOD; Tabela de Transferências do Poder Executivo para o Poder Legislativo Municipal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.20 – Poder Legislativo Municipal despesa total						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.20	Poder Legislativo Municipal despesa total	Relatório de Gestão – RELGES; BALEXOD – Balancete da despesa orçamentária; Tabela de transferência de Recursos Financeiros da Prefeitura Municipal de Águia Branca para a Câmara Municipal de Águia Branca;	CRFB/88, art. 29- A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art.153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	Despesa Total da Câmara: R\$1.609.302,31 Percentual definido pelo artigo 29-A da CRFB/88 de 7% Receita Tributária: R\$ 23.581.061,64 Transferência de Duodécimo R\$ 1.650.674,16 Valor Máximo Permitido: R\$ 1.650.674,31	Constatou-se que o valor total das despesas do Poder Legislativo Municipal (R\$1.609.302,31) estão abaixo do limite máximo permitido (R\$ 1.650.674,31) em acordo com o mandamento constitucional. Período Analisado: 12 meses

Com base na documentação que integra a prestação de contas, qual seja Relatório de Gestão Econômico-Financeiro – RELGES, Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD em comparação com a Tabela de Transferência de Recursos Financeiros para a Câmara Municipal fornecida pela Contabilidade da Prefeitura Municipal de Águia Branca, afere-se que o valor total das despesas do Poder Legislativo Municipal (R\$ 1.609.302,31) estão abaixo do valor máximo permitido (R\$ 1.650.674,31), em acordo com o mandamento constitucional, conforme transcreve abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receita tributária e transferências (Art. 29-A CF/88)	R\$ 23.581.061,64
b) % máximo para o município	7%
c) Valor máximo permitido para transferência (b*a).	R\$ 1.650.674,31
d) Gasto total do Poder Legislativo	R\$1.609.302,31

Fonte: RELGES; BALEXOD; Tabela de Transferências do Poder Executivo para o Poder Legislativo Municipal.

1.5 Demais atos de Gestão

Ponto de Controle 1.5.1 – Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos que compõem a PCA 2021 enviada ao Controle Interno em 23.02.2022	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	PCA 2021 enviada ao Controle Interno em 23.02.2022, com todos os arquivos anexados e em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES	PCA 2021 enviada ao Controle Interno em 23.02.2022, com todos os arquivos anexados e em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Analisando os documentos que integram a PCA da Unidade Gestora – Câmara Municipal de Águia Branca, observamos que a documentação enviada ao Controle Interno se encontra em conformidade com o anexo correspondente da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES, que regulamenta a remessa de prestação de contas.

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.2 Gestão Fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 2.2.11 – Execução de despesas – créditos orçamentários						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD Balancete da Despesa orçamentária - BALEXOD	CRFB/88, art. 167, II	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Dotação aprovada: R\$1.910.000,00 Total empenhado: R\$1.596.972,31 Total liquidado: R\$1.596.972,31 Total pago: R\$1.596.972,31 %Execução: 83,61%	Total da Despesa Executada no período de 12 meses Não há ocorrência de créditos adicionais e especiais no exercício de 2021. O orçamento suportou a realização de todas as despesas previstas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.13 – Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1605/2020) Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD Balancete da Despesa orçamentária - BALEXOD	CRFB/88, art. 167, II	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Dotação aprovada: R\$1.910.000,00 Total empenhado: R\$1.596.972,31 Total liquidado: R\$1.596.972,31 Total pago: R\$1.596.972,31 %Execução: 83,61%	Não há ocorrência de abertura de créditos adicionais e especiais no exercício de 2021. O orçamento suportou a realização de todas as despesas previstas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.28 – Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	CRONOS Decreto nº 0014/2020 JUSTCRO Portal da Transparência – Listagem da Ordem Cronológica de pagamentos.	Lei 8666/93, art. 5º e 92, c/c CRFB/88, art.37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Nota Explicativa informando que a Câmara Municipal de Águia Branca, obedeceu fielmente a ordem cronológica dos pagamentos das despesas no exercício de 2021.	Período analisado: 12 meses

Ponto de Controle 2.2.29 – Déficit orçamentário medidas de contenção

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Balancete de Execução Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, art.9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Não há ocorrência de déficit orçamentário no exercício de 2021, não sendo necessário a expedição de atos de limitação de empenho e movimentação financeira, uma vez que o orçamento comportou a realização de todas as despesas.	Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Segundo análise dos documentos que compõe a PCA, em conformidade com a previsão do art. 9º da LC 101/2000, a Unidade Gestora cumpriu as Metas Fiscais Anuais, não excedendo o limite de despesas previsto na Execução Orçamentária no exercício de 2021, não sendo, portanto, necessária à adoção de medidas de limitação de empenho e movimentação financeira.

2.5 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 2.5.7 – Servidores Cedidos						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.7	Servidores cedidos	DELCEDI – Declaração do ordenador de despesas que o mesmo repassou integralmente todas as contribuições previdenciárias dos servidores cedidos.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Não há ocorrência de servidores cedidos da Unidade Gestora para outros entes no exercício de 2021.	Período Analisado: 12 meses

Considerando informações constante na Declaração do Ordenador de Despesas acerca do repasse integral das obrigações previdenciárias dos servidores cedidos – DELCEDI, não há termo de cessão de servidores da Unidade Gestora a outros Entes.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.6 Demais atos de gestão

Ponto de Controle 2.63 – Pessoal – contratação por tempo determinado						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	DOCSPCA	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Declaração do Chefe do Poder Legislativo no exercício de 2021, informando que não houve contratação temporária de pessoal.	Período Analisado: 12 meses

De acordo com a Declaração do Chefe do Poder Legislativo constante dos documentos não estruturados da Prestação de Contas Anual - DOCSPCA, no exercício de 2021 não ocorreram contratações por tempo determinado em caráter de necessidade temporária ou excepcional interesse público.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

1.2 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.4.6	Conforme evidenciado no relatório de gestão fiscal e através dos Contratos publicados no Portal da transparência da Câmara Municipal de Águia Branca, o Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2021, da empresa Wsimon Assessoria Consultoria e Informática Ltda-ME, por ser contrato de terceirização de mão-de-obra em substituição de servidor afastado, não foi contabilizado como Outras Despesas de pessoal, infringindo o art. 18 da LRF.	Encaminhamento de Solicitação de Justificativa quanto a não contabilização como "Outras Despesas com pessoal" do Contrato de Wsimon Assessoria Consultoria e Informática Ltda-ME, em obediência ao art. 18 LRF.	Justificativa encaminhada pela Unidade gestora informando o equívoco da não contabilização do referido Contrato no Gasto com Pessoal da Câmara Municipal, e justificando que caso houvesse a contabilização do referido Contrato como Outras Despesas de Pessoal, ainda assim, a Câmara Municipal obedeceria ao índice de Despesas com pessoal disposto na CF e LRF.

Após verificação da Prestação de Contas Anual, e no tocante as avaliações contábeis realizadas durante o exercício de 2021, foram encaminhadas Orientações e Recomendações a Unidade Gestora – Câmara Municipal de Águia Branca.

Quanto ao item 1.4.6 da Tabela Referencial 01, após detecção do referido Achado, a Controladoria Geral do Município encaminhou o **OFÍCIO/CGM/042/2022**, oportunizando a apresentação de justificativa pela Câmara Municipal de Águia Branca.

Em resposta ao Achado, a Câmara Municipal de Águia Branca, apresentou a seguinte **JUSTIFICATIVA**:

(...)

Vale ressaltar, que no ano de 2021, foi um ano atípico em todos os setores públicos, devido ao covid-19, dentre as quais, a contadora efetiva desta Câmara Municipal de Águia Branca, Sra. CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN, foi gravemente acometida pelo vírus, e pela primeira vez em 25 anos de efetivo exercício, teve que se ausentar por motivo plenamente justificado.

A Câmara tentou de forma extraordinária a contratação temporária de um contador, mas não obteve êxito, vez que não



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

foi possível contratar pessoa qualificada para responder e executar os serviços contábeis dessa Casa de Leis obedecendo todas as normas técnicas exigidas ao Poder Público.

Foi providenciada a contratação de empresa especializada no ramo contábil com conhecimento e atuação em contabilidade pública, uma vez que deveriam ser obedecidos todos os prazos exigidos e devido as muitas Prestações de Contas que deveriam ser prestadas ao Tribunal de Contas pertinente.

A Contratação foi realizada através do contrato nº 004/2021 com o valor global de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) e mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). O objeto do contrato descrevemos abaixo:

Cláusula Primeira – do Objeto

1.1 – O presente contrato tem como objetivo a prestação de Assessoria, Consultoria e Orientação à Contabilidade Geral da Câmara Municipal de Águia Branca-ES.

Ao apresentarmos o Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre de 2021 – por um lapso, e por ser algo novo, não incluímos o valor supra citado como despesa de pessoal em substituição de mão de obra de Servidor, conforme é descrito pelo Controle Interno. Todavia explicamos ainda, que mesmo com a contabilização do valor do contrato no elemento de despesa “outras despesas de pessoal”, a Câmara Municipal de Águia Branca obedece todos os limites exigidos na CF e LRF, com o índice ainda bem abaixo permitido por lei, conforme demonstramos:

Índice do RGF apresentado	3,13
Limite máximo do legislativo 6%	2.715.876,03
Despesa total com pessoal (CMAB)	1.417.156,78

**Fonte: Relatório de Gestão Fiscal*

Ao incluir o valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) no elemento de despesa “outras despesas de pessoal”, conforme cálculo, o índice da Câmara que foi de 3,13%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

passaria para 3,16%, o que em momento algum a Câmara Municipal de Águia Branca infringiria a Lei (art. 18 LRF).

Ante o exposto, espera o justificante da CMAB, que o Controle Interno desse município acolha as justificativas apresentadas, uma vez que trata-se de um lapso na contabilização de forma equivocada que não acarretou prejuízo ao Poder Público, nem dolo na referida ação.

Consoante a justificativa apresentada pela Unidade Gestora – Câmara Municipal de Águia Branca, a Controladoria Geral do Município passa a tecer alguns comentários.

Não obstante o Contrato “**Wsimon Assessoria Consultoria e Informática Ltda-ME**”, de terceirização de mão-de-obra que se refere à substituição de servidor não ter sido contabilizado como “Outras Despesas de Pessoal”, em desobediência ao §1º do art. 18 da LRF, se o mesmo tivesse sido contabilizado corretamente como Gastos de Pessoal, não ocasionaria extrapolação do limite de despesas com pessoal previsto nos artigos 19 e 20 da LRF, qual seja, de 6% da Receita Corrente Líquida, isto é, considerando a RCL em R\$ 45.264.600,47, e a contabilização do referido contrato somado como “Outras despesas de pessoal” ao Gasto com Pessoal no valor de R\$1.433.156,78, o percentual de limite apurado passaria para 3,16%, abaixo do limite máximo previsto de 6%, que corresponde a 2.715.876,03. Desse modo, não ocasionaria infração aos artigos 19 e 20 da LRF.

Além disso, no tocante a avaliação do gasto total com avaliação se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou 70% dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício de 2021.

Registra-se que, a contabilização do contrato alteraria o percentual do limite apurado de 67,53% para 68,50% do limite máximo de 70%, desse modo, ainda que haja ausência de contabilização como “Despesas com Pessoal” do contrato de terceirização de mão-de-obra de substituição de servidor, não há infração a norma constitucional prevista no art. 29-A, §1º da Constituição Federal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

1.3 DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

Conforme verificação documental dos pontos de controle, a Prestação de Contas se encontra em conformidade com os ditames legais e normas pertinentes.

O Orçamento Municipal para o exercício financeiro de 2021, objeto da Lei nº 1.657/2020, estimou a receita e fixou a despesa para a Câmara Municipal de Águia Branca/ES em R\$ 1.970.000,00 (um milhão e novecentos e setenta mil reais).

No decorrer do exercício não foram realizados Créditos Adicionais, haja vista o orçamento suportou a realização de todas as despesas previstas.

As despesas empenhadas somam um total de R\$ 1.613.093,74, tendo-se apurado uma economia orçamentária no valor de R\$ 356.906,26, o que corresponde a 18,12% do que fora fixado.

Do total das despesas empenhadas no exercício, todas foram liquidadas e pagas, sem composição de restos a pagar.

Além disso, conforme avaliado através do Processo de Auditoria nº 4622/2021, em razão da despesa empenhada na Câmara Municipal de Águia Branca no período de 01.01.2021 a 31.12.2021 que foi de R\$1.613.093,74 (um milhão seiscentos e treze mil e noventa e três reais e setenta e quatro centavos), atesta-se o Nível de Confiança de 99% (noventa e nove por cento) de conformidade das despesas empenhadas.

Quanto a Gestão patrimonial, da conciliação do Balanço Patrimonial e com os Inventários de bens móveis, imóveis e intangíveis, verifica-se a inexistência de bens imóveis e intangíveis, contudo, em relação aos bens móveis, denota-se que o patrimônio do órgão reflete adequadamente os saldos constantes dos demonstrativos contábeis.

No que tange a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia um resultado deficitário no valor de R\$5.562,96 do patrimônio da Câmara Municipal, conforme apresenta sinteticamente abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Especificação	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	1.672.081,41
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	1.677.644,37
Resultado Patrimonial do período	5.562,96

Fonte: DEMVAP – Prestação de Contas Anual/2021

Em relação ao patrimônio do órgão, não apresenta passivo não circulante, nem Superávit financeiro, conforme síntese do Balanço Patrimonial:

Especificação	2021	2020
Ativo circulante	97.527,15	100.366,35
Ativo Não circulante	111.700,47	117.263,43
Passivo circulante	97.527,15	100.366,35
Passivo não circulante	0,00	0,00
Patrimônio líquido	111.700,47	117.263,43

Fonte: BALPAT – Prestação de Contas Anual/2021

Consoante as obrigações previdenciárias, e possíveis medidas de cobrança de créditos previdenciários relativos ao Poder Legislativo, apurou-se o recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias de forma tempestiva e, em conformidade com a LRF e Lei Municipal nº 523/2002.

Além disso, examinou-se que os limites e as condições para a realização da despesa com pessoal previstos na Constituição Federal e na LRF foram obedecidos dentro dos limites legais, com exceção da ressalva constante do código 1.4.6 da Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, que evidenciou a não contabilização dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal" (art. 18 da LRF).

Ademais, considerando a prática dos atos de gestão no exercício a que se refere, observa-se que foram respeitadas a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão de recursos públicos no exercício referente à prestação de contas.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual da Unidade Gestora – Câmara Municipal de Águia Branca elaborada sob a responsabilidade do Sr. Lenilson da Fonseca Lacerda, Chefe do Poder Legislativo do Município de Águia Branca, no exercício de 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Em nossa opinião, tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no **item 1** deste manifestação, e os documentos componentes da Prestação de Contas Anual apresentados a esta Unidade Central de Controle Interno, a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVA**.

No tocante a ressalva, reputa-se que se refere à proposição elencada no **item 1.2** deste RELUCI.

Águia Branca/ES, 22 de março de 2021.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO I

LISTAGEM DE PROCESSOS DE DESPESA ANALISADOS

Ponto de Controle: 1.1.2 – Despesa – realização sem prévio empenho

Período: 01.01.2021 a 31.12.2021

Total da despesa empenhada: R\$ 1.613.093,74

Total de processos de despesa empenhados em 2021: 380 processos

AMOSTRA SELECIONADA

Processo de Auditoria nº 4622/2021

Total de Amostras: 111 processos

Amostra de despesas no valor de: R\$ 1.179.957,50

Nº do processo	Valor do empenho (R\$)
10457/2021	7.486,59
10457/2021	1.800,00
10527/2021	397,00
10528/2021	27.500,00
10528/2021	12.689,68
10528/2021	4.124,11
10528/2021	30.031,60
10528/2021	4.400,00
10529/2021	9.830,63
10529/2021	1.102,74
10565/2021	780,00
10566/2021	32.000,00
10566/2021	29.252,37
10566/2021	5.805,94
10566/2021	10.825,36
10566/2021	4.400,00
10567/2021	9.108,92
10567/2021	1.102,74
10574/2021	10,05
00103/2021	16.000,00
10608/2021	400,00
0180321/2021	32.000,00
0180321/2021	29.252,37
0180321/2021	5.805,94
0180321/2021	10.805,15
0180321/2021	10.825,36
0010617/2021	290,00
0010611/2021	1.102,74
0010611/2021	10.999,82
0010622/2021	10,05



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0010457/2021	23.849,91
0010646/2021	2.500,00
0000000/2021	32.000,00
0000000/2021	26.982,61
0000000/2021	5.465,48
0000000/2021	5.697,71
0000000/2021	10.257,92
0010652/2021	1.102,74
0010652/2021	9.831,27
0010652/2021	8.357,76
0010682/2021	585,60
0010705/2021	10,05
0000000/2021	32.000,00
0000000/2021	27.488,91
0000000/2021	5.541,42
0000000/2021	2.821,55
0000000/2021	10.384,49
0010707/2021	10,05
0010703/2021	1.102,74
0010703/2021	9.219,84
0010729/2021	79,20
0010689/2021	13.500,00
0010753/2021	10,05
0010758/2021	32.000,00
0010758/2021	26.808,58
0010758/2021	8.178,46
0010758/2021	1.508,04
0010758/2021	3.620,31
0010759/2021	9.209,77
0010759/2021	7.759,70
0010790/2021	950,00
0010802/2021	32.000,00
0010802/2021	24.948,07
0010802/2021	4.852,05
0010802/2021	8.673,21
0010802/2021	4.000,00
0010803/2021	8.381,89
0010803/2021	1.102,74
0010815/2021	10,05
0010857/2021	21,00
0010861/2021	32.000,00
0010861/2021	26.808,58



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0010861/2021	5.317,18
0010861/2021	3.620,31
0010861/2021	8.381,89
0010861/2021	6.720,00
0010893/2021	400,00
0010895/2021	32.000,00
0010895/2021	26.808,58
0010895/2021	5.317,18
0010895/2021	9.603,46
0010895/2021	528,00
0010896/2021	8.381,89
0010897/2021	6.720,00
0010939/2021	323,00
0010941/2021	32.000,00
0010941/2021	26.808,58
0010941/2021	5.317,18
0010941/2021	1.674,86
0010941/2021	9.603,46
0010941/2021	528,00
0010942/2021	9.598,14
0010942/2021	1.102,74
0010988/2021	10,05
0010989/2021	32.000,00
0010989/2021	24.228,29
0010989/2021	4.930,14
0010989/2021	16.304,44
0010989/2021	8.958,39
0010989/2021	4.000,00
0010990/2021	10.998,89
0010990/2021	1.102,74
0011052/2021	365,00
0011054/2021	32.000,00
0011054/2021	25.133,76
0011054/2021	4.977,37
0011054/2021	14.552,22
0011054/2021	8.741,78
0011054/2021	4.000,00
0011055/2021	8.409,07
0011056/2021	6.720,00
TOTAL	R\$ 1.179.957,50